

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

**Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2023**

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas 1

Demonstrações contábeis auditadas

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventus Holding de Energia Eólica Ltda (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude

ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de maio de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	37	45	42.016	231
Investimentos de curto prazo	3	1.007	1.361	127.572	109.606
Contas a receber de clientes		-	-	4.495	14.423
Contas a receber partes relacionadas		-	-	536	-
Estoques		-	-	4.859	1.857
Conta de ressarcimento	4	-	-	9.031	10.938
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2	38	2.624	2.200
Outros tributos a recuperar		-	-	371	1.021
Dividendos a receber		1.728	436	-	-
Seguros a receber		-	-	-	8.453
Outros ativos		550	-	3.466	2.584
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		3.324	1.880	194.970	151.313
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		23	-	23	-
Cauções e depósitos vinculados		-	-	10.711	10.639
Tributos diferidos		-	-	9.517	4.562
Investimentos em controladas	5	513.873	549.449	-	-
Imobilizado, líquido	6	-	-	497.338	507.938
Intangível, líquido		-	-	231	366
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		513.896	549.449	517.820	523.505
TOTAL DO ATIVO		517.220	551.329	712.790	674.818
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores		17	9	9.641	2.451
Conta de ressarcimento	4	-	-	14.581	-
Passivo de arrendamento	7	-	-	1.575	1.152
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	1.041	585
Tributos a pagar		-	1	3.962	1.627
Dividendos a pagar		1.825	754	1.830	759
Outras obrigações		-	-	1.556	1.550
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		1.842	764	34.186	8.124
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Conta de ressarcimento	4	-	-	132.943	88.797
Passivo de arrendamento	7	-	-	19.720	22.260
Provisão para desmobilização		-	-	9.709	4.051
Outras obrigações		-	-	854	1.021
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	-	163.226	116.129
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado		432.763	520.378	432.763	520.378
Reserva de capital		(2.369)	(2.369)	(2.369)	(2.369)
Reserva de lucros		84.984	32.556	84.984	32.556
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	515.378	550.565	515.378	550.565
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		517.220	551.329	712.790	674.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	9	-	-	143.056	106.082
Custo de produção e operação de energia	10	-	-	(82.670)	(85.788)
LUCRO BRUTO		-	-	60.386	20.294
Gerais e administrativas		(54)	-	(728)	(272)
Outras receitas (despesas) operacionais		(36)	(159)	(3.083)	(248)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(90)	(159)	(3.811)	(520)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(90)	(159)	56.575	19.774
Receitas financeiras		122	37	10.743	9.000
Despesas financeiras		-	(3)	(5.525)	(6.166)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	11	122	34	5.218	2.834
Resultado de equivalência patrimonial		53.472	21.123	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		53.504	20.998	61.793	22.608
Imposto de renda e contribuição social corrente		(6)	-	(10.587)	(7.648)
Imposto de renda e contribuição social diferido		-	-	2.292	6.038
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	12	(6)	-	(8.295)	(1.610)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		53.498	20.998	53.498	20.998

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	53.498	20.998	53.498	20.998
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LIQUIDO DE IMPOSTOS	53.498	20.998	53.498	20.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
		Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2021		352.197	(45.051)	634	11.406	-	319.186
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	20.998	20.998
Aumento de capital		210.863	-	-	-	-	210.863
Redução de capital		(42.682)	42.682	-	-	-	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	20.516	(20.516)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	(62)	(62)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(420)	(420)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8	520.378	(2.369)	634	31.922	-	550.565
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.498	53.498
Redução de capital		(87.615)	-	-	-	-	(87.615)
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	52.428	(52.428)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(1.070)	(1.070)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	8	432.763	(2.369)	634	84.350	-	515.378

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Ventus Holding de Energia Eólica Ltda

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais:				
Lucro Líquido do exercício	53.498	20.998	53.498	20.998
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	10	-	27.228	25.797
Atualização monetária sobre ressarcimento	11	-	2.606	2.592
Juros sobre arrendamento	11	-	2.085	2.008
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	11	-	(1.301)	(1.379)
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	11	(128)	(9.350)	(6.947)
Tributos e contribuições sociais diferidos	-	-	(2.292)	(6.038)
Resultado de equivalência patrimonial	5	(53.472)	(21.123)	-
		(102)	(139)	37.031
Variação de ativos e passivos operacionais				
		(1.233)	9	(148.369)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		132	-	2.684
Juros resgatados de cauções e depósitos vinculados		-	-	552
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(38)	(8.099)	(6.432)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		-	-	(106.284)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(2.085)	(2.008)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(1.241)	157.930	(222.826)
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	6	-	(12.296)	(5.397)
Dividendos a receber		1.293	1.400	-
Aumento de capital em controladas	5	-	(210.743)	-
Redução de capital em controladas	5	87.205	-	-
Aplicações/resgates em investimentos de curto prazo		350	(16.389)	-
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados		-	(1.350)	1.228
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		88.848	(210.693)	(5.397)
Atividades de financiamentos:				
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	583
Aumento de capital	8	-	210.863	210.863
Redução de capital	8	(87.615)	(87.615)	-
Pagamentos de arrendamentos (principal)		-	(1.073)	(1.085)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos		(87.615)	210.863	210.361
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(8)	40	(17.862)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		45	5	231
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		37	45	231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (“Empresa”), com sede na Av. das Nações Unidas, nº 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade limitada, controlada diretamente pela Guaimbê Solar Holding S.A. (“Guaimbê Holding”) e indiretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”) e pela *The AES Corporation* (sediada nos Estados Unidos da América).

Foi constituída em 13 de abril de 2020 e tem por objeto social a participação em outras sociedades no país, como sócio quotista ou acionista em projetos e empreendimentos ligados à exploração do ramo de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

A Empresa possui 3 unidades produtoras de energia eólica:

Descrição	Atividade	Sede	Participação	
			2023	2022
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	Geração eólica	Macau, RN	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	Geração eólica	Galinhos, RN	100%	100%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	Geração eólica	Galinhos, RN	100%	100%

Complexo Eólico Ventus:

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm
Brasventos Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	41	68,5	22,8
Brasventos Eolo	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58,4	21,9
Rei dos Ventos 3	2º LER/2009	964/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	36	60,1	21,1
Total							112	187,0	65,8

Comercialização de energia:

Em 31 de dezembro de 2023, o complexo possuía 100% de sua energia contratada no ACR, conforme abaixo:

Parque Gerador	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Brasventos Miassaba 3	2º LER/2009	CCEE	184.316	335,62	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Brasventos Eolo	2º LER/2009	CCEE	160.999	337,17	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
Rei dos Ventos 3	2º LER/2009	CCEE	165.102	337,83	jul/12	jun/32	IPCA	Julho
			510.417					

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 08 de maio de 2024, a Diretoria da Empresa autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Empresa, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. No caso da Empresa, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS).

A Empresa e suas controladas consideraram as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Empresa na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Empresa, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Empresa prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Empresa. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Empresa, podendo sofrer alterações.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Empresa faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos

e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Empresa adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Empresa são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: reconhecimento e mensuração de aquisições de ativos, vida útil dos bens do imobilizado, perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração, recuperação dos impostos diferidos ativos e valor justo de instrumentos financeiros.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2023

A Empresa avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Empresa foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2023

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Empresa, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Empresa pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Empresa obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Empresa e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Empresa.

3 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica "Investimentos de curto prazo"

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	37	45	42.016	231
Subtotal	37	45	42.016	231
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	1.007	1.361	127.572	109.606
Subtotal	1.007	1.361	127.572	109.606
Total	1.044	1.406	169.588	109.837

Em 31 de dezembro de 2023, os investimentos de curto prazo estão representados por operações com compromissadas e CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 96,61% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (101,98% em 31 de dezembro de 2022).

4 CONTA DE RESSARCIMENTO

Conforme estabelecido nos Contratos de Energia de Reserva (LER 2009) celebrados entre a Empresa e a CCEE, ao fim de cada ano contratual serão apuradas as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento referente à parcela de energia contida na faixa de tolerância de até 10% de geração inferior ao montante de energia contratada, apurado em relação ao ano A, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106% do preço de contrato vigente em A+1, considerados os montantes de energia adquiridos por meio de mecanismo de cessão previsto em contrato.

O ressarcimento apurado por desvios negativos abaixo da faixa de tolerância de 10% de geração, será pago pelo vendedor em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente em A+1.

A parcela de energia referente a desvios positivos contidos na faixa de tolerância de até 15% de geração acima da energia contratada poderá ser (i) repassada para o ano contratual seguinte como crédito de energia; (ii) cedida a outro vendedor do mesmo leilão comprometido com contratação de energia de reserva da mesma fonte e com saldo de energia negativo ou; (iii) objeto de recebimento de receita variável, valorada ao preço de contrato vigente no ano de pagamento e paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte.

A receita variável referente a desvios positivos de geração acima da faixa de tolerância de 15% será recebida em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte ao valor de 30% do preço contratual vigente no ano A+1.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2023.

ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

Em 23/12/2022 a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e solares, considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

As reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

Em função das restrições, que são c-off para usinas eólicas e solares, em outubro de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica - "ABEEólica" e a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - "ABSOLAR", em conjunto com seus associados, ingressou com ação judicial e pedido liminar para revisão das normas atuais considerando principalmente a necessidade de ressarcimento de qualquer evento de c-off. Ainda em outubro de 2023, foi proferida decisão indeferindo o pedido liminar. Em função da negativa, em novembro de 2023 foi protocolado recurso de agravo de instrumento, o qual foi deferido.

5 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Empresa detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Empresa tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Controladora	
	2023	2022
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	513.873	549.449
Total	513.873	549.449

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Redução de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2023
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	174.704	(26.551)	4.771	(780)	152.144
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	170.016	(31.354)	34.676	(649)	172.689
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	204.729	(29.300)	14.025	(414)	189.040
Total	549.449	(87.205)	53.472	(1.843)	513.873

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	99.339	68.918	6.465	(18)	174.704
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	92.128	72.633	6.673	(1.418)	170.016
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	127.570	69.192	7.984	(17)	204.729
Total	319.037	210.743	21.122	(1.453)	549.449

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	154.853.000	100%	154.853	189.036	4.771
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos Eolo)	132.106.000	100%	132.106	152.144	34.676
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	125.749.000	100%	125.749	172.044	14.025
Total			412.708	513.224	53.472

6 IMOBILIZADO

A Empresa utiliza os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL), para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em "Outras receitas e despesas operacionais" na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Empresa deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2023			2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,01%	166.247	(63.318)	102.929
Máquinas e equipamentos	4,37%	594.168	(235.540)	373.914
Móveis e utensílios e outros	6,25%	310	(98)	212
Veículos	14,29%	1.225	(163)	1.062
Imobilizado em serviço		761.950	(299.119)	462.831
Imobilizado em curso (i)		15.287	-	15.287
Bens vinculados às concessão e autorizações		777.237	(299.119)	478.118
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	4,00%	23.304	(4.084)	19.220
Total Imobilizado		800.541	(303.203)	497.338

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

- (ii) A Empresa reconhece ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo prazo do contrato ou prazo de autorização, o que for menor. A Empresa reconheceu ativo de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 30 anos, depreciados à taxa de 4,00% a.a.

b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (ii)	Transferências / Reclasseificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	166.246	-	-	1	166.247
Máquinas e equipamentos	589.398	-	5.378	(608)	594.168
Móveis e utensílios e outros	293	-	-	17	310
Veículos	898	-	-	327	1.225
Imobilizado em serviço	756.835	-	5.378	(263)	761.950
Imobilizado em curso	3.816	12.296	-	(825)	15.287
Bens vinculados às concessão e autorizações	760.651	12.296	5.378	(1.088)	777.237
Direito de uso de terreno arrendado	25.421	-	(1.674)	(443)	23.304
Subtotal	786.072	12.296	3.704	(1.531)	800.541
Depreciação / Amortização arrendamento	(278.134)	(27.144)	1.001	1.074	(303.203)
Total Imobilizado	507.938	(14.848)	4.705	(457)	497.338

	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Adições	Provisão Desmantelamento	Transferências	Reclassificações	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	166.246	166.246
Máquinas e equipamentos	752.280	-	(2.478)	2.346	(162.750)	589.398
Móveis e utensílios e outros	168	-	-	125	-	293
Veículos	249	-	-	-	649	898
Imobilizado em serviço	752.697	-	(2.478)	2.471	4.145	756.835
Imobilizado em curso	4.955	5.397	-	(2.389)	(4.147)	3.816
Bens vinculados às concessão e autorizações	757.652	5.397	(2.478)	82	(2)	760.651
Direito de uso de terreno arrendado	8.950	16.470	-	-	1	25.421
Subtotal	766.602	21.867	(2.478)	82	(1)	786.072
Depreciação / Amortização arrendamento	(252.397)	(25.397)	(358)	17	1	(278.134)
Total Imobilizado	514.205	(3.530)	(2.836)	99	-	507.938

- (i) Referem-se principalmente a reclassificações do imobilizado para intangível e estoque.
- (ii) Em dezembro de 2023, a Empresa remensurou as estimativas de provisão de desmantelamento e dos passivos de arrendamentos. O efeito na provisão de desmantelamento foi de R\$ 5.378 e R\$ 673 relativo ao arrendamento.

A Empresa revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

7 PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.027
Remensuração	16.470
Encargos financeiros	2.008
Pagamento de encargos financeiros	(2.008)
Pagamento de principal	(1.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	23.412
Remensuração	(1.044)
Encargos financeiros	2.085
Pagamento de encargos financeiros	(2.085)
Pagamento de principal	(1.073)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	21.295

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
CIRCULANTE	
2024	1.575
Subtotal	1.575
NÃO CIRCULANTE	
2025	1.270
2026	1.380
2027	1.521
2028	1.676
2029	1.847
Após 2029	12.026
Total	21.295

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

8.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito e integralizado é de R\$432.763 (R\$ 520.378 em 31 de dezembro de 2022) representado por 432.763.095 (520.377.671 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Redução de capital

Em 01 de dezembro de 2023 foi realizada a assembleia geral extraordinária para disciplinar sobre matéria da proposta de redução de capital da Empresa no montante de R\$87.615. A matéria foi aprovada por unanimidade decorridos os ritos processuais determinados na Lei nº 6.404/1976, art. 174.

8.2 Reserva de lucros

Para atender a projeto de investimento, a Empresa poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023, de acordo com a legislação, constituiu uma reserva de R\$ 52.428 (R\$20.516 em 31 de dezembro de 2022).

8.3 Destinação do resultado

O contrato social da Empresa estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 2% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Adicionalmente, de acordo com o contrato social, compete aos diretores deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa constituiu R\$ 1.070 a título de dividendos mínimos obrigatórios.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Empresa e de suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. O controle da energia elétrica é obtido a partir do momento que a Empresa transfere a energia elétrica ao cliente. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Leilão de Energia de Reserva (LER)

A receita da Empresa é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2023	2022
Contratos de energia eólicos	170.803	157.712
Ressarcimento de energia	(54.245)	(47.926)
Mercado de curto prazo	5	-
Outras Receitas (i)	31.130	-
Receita operacional bruta	147.693	109.786
(-) PIS e COFINS	(4.637)	(3.704)
(-) ICMS	-	-
Receita operacional líquida	143.056	106.082

- (i) A receita é proveniente da indenização por lucros cessantes decorrentes de sinistro ocorrido em 2021 em dois aerogeradores da controlada Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.

10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2023	2022
Custo da produção de energia elétrica		
Contratos com partes relacionadas	(674)	-
Mercado de curto prazo	(40)	(20)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(23.913)	(29.021)
Taxa de fiscalização ANEEL	(760)	(689)
Subtotal	(25.387)	(29.730)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(29.382)	(27.104)
Material	(483)	(668)
Depreciação e amortização	(27.228)	(25.797)
Seguros	(2)	(2.518)
Arrendamentos e aluguéis	(1)	63
Contribuições setoriais	(150)	-
Outros custos operacionais	(37)	(34)
Subtotal	(57.283)	(56.058)
Total	(82.670)	(85.788)

11 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	128	14	9.350	8.326
Variações monetárias	-	-	1.301	1
PIS e COFINS sobre receita financeira	(6)	-	(6)	-
Atualização de créditos tributários	-	-	-	33
Outras receitas financeiras	-	23	98	640
Subtotal	122	37	10.743	9.000
Despesas financeiras				
Juros sobre arrendamento	-	-	(2.085)	(2.008)
Atualização de provisão desmobilização	-	-	(280)	(81)
Atualização monetária sobre ressarcimento	-	-	(2.606)	(2.592)
Tarifas e encargos bancários	-	(2)	(143)	(1.485)
Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)	-	-	(269)	-
Outras despesas financeiras	-	(1)	(142)	-
Subtotal	-	(3)	(5.525)	(6.166)
Total Líquido	122	34	5.218	2.834

12 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Empresa apurou os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2023.

No regime sobre o lucro real apurado pela Empresa, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Empresa não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladas é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas

	Controladora		Consolidado	
	2023		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	53.504	53.504	61.793	61.793
Alíquota Nominal	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL	(13.376)	(4.815)	(15.448)	(5.561)
Adições e Exclusões à base:				
Equivalência Patrimonial	13.368	4.812	-	-
Prejuízo fiscal sem diferido constituído	2	1	2	1
Ajuste Lucro Presumido	-	-	10.350	3.245
Ajuste de Imposto				
Ajuste de Anos Anteriores	-	-	(492)	(396)
Outros Ajustes	3	(1)	7	(3)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3)	(3)	(5.581)	(2.714)
Alíquota Efetiva	-0,01%	-0,01%	-9,03%	-4,39%
Corrente	(3)	(3)	(7.070)	(3.517)
Diferido	-	-	1.489	803
Total	(3)	(3)	(5.581)	(2.714)

	Consolidado	
	2022	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional tributável	169.313	169.313
Aliquota lucro presumido operacional tributável	8%	12%
Lucro presumido	13.545	20.318
Outras receitas	3.400	3.400
Base de cálculo	16.945	23.718
Aliquota efetiva	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(2.542)	(2.135)
Adicional (10%)	(1.623)	
Ajustes exercícios anteriores (subvenção de incentivos fiscais)		
Ajustes exercícios anteriores	(1.028)	(320)
Outros ajustes	368	(369)
IRPJ e CSLL corrente	(4.824)	(2.824)
IRPJ e CSLL diferido	3.920	2.118
Total tributos no resultado	(904)	(706)

13 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

13.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2023		2022			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3	42.016	42.016	231	231	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	127.572	127.572	109.606	109.606	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		4.496	4.496	14.423	14.423	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	9.030	9.030	10.938	10.938	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		10.712	10.712	10.639	10.639	Custo amortizado
Total		193.826	193.826	145.837	145.837	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		9.641	9.641	2.451	2.451	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	4	147.525	147.525	88.797	88.797	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	7	21.295	21.295	23.412	23.412	Custo amortizado
Dividendos a pagar		1.830	1.830	759	759	Custo amortizado
Total		180.291	180.291	115.419	115.419	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

13.2 Gerenciamento de riscos

A Empresa e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Empresa e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Empresa concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Empresa.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Empresa e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Empresa e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Empresa e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Empresa e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Empresa: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$5.000.000) e até 25% (PL superior a R\$5.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Empresa: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$4.000.000) até 5% (PL superior ou igual a R\$5.000.000

e inferior a R\$8.000.000) de seu PL ou até 7% (PL superior ou igual a R\$ 8.000.000), considerando o total de investimentos do Grupo AES Brasil. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, por meio de contratos bilaterais. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Empresa possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	37	45	42.016	231
Investimentos de curto prazo	1.007	1.361	127.572	109.606
Contas a receber de clientes	-	-	4.496	14.423
Cauções e depósitos vinculados	-	-	10.712	-
Total	1.044	1.406	184.796	124.260

(b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Empresa e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Empresa, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Empresa e suas controladas. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Controladora		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses
Fornecedores	17	-
Dividendos a pagar	-	1.825
Total	17	1.825

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Consolidado				
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	9.641	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	436	1.201	1.315	4.737	14.358
Dividendos a pagar	-	1.830	-	-	-
Total	10.077	3.031	1.315	4.737	14.358

(b.3) Riscos de taxas de juros

O montante de exposição líquida da Empresa e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2023 é:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Investimentos de curto prazo	1.007	1.361	127.572	109.606
Conta de ressarcimento - ativo	-	-	9.030	10.938
Conta de ressarcimento - passivo	-	-	(147.525)	(88.797)
Total	1.007	1.361	(10.923)	31.747

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, garantias de financiamento e ressarcimento.

Controladora			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	1.007	51	77	103	129	154
Impacto no resultado			51	77	103	129	154
Total da exposição líquida			51	77	103	129	154

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Investimentos de curto prazo	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,11%	7,66%	10,22%	12,77%	15,33%
Investimentos de curto prazo	CDI	127.572	6.519	9.772	13.036	16.291	19.557
Impacto no resultado			6.519	9.772	13.036	16.291	19.557
Total da exposição líquida			6.519	9.772	13.036	16.291	19.557

Consolidado			Projeção Resultado financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,94%	2,91%	3,88%	4,85%	5,82%
Ressarcimento - ativo	IPCA	9.030	876	970	1.064	1.158	1.253
Ressarcimento - passivo	IPCA	(147.525)	(14.697)	(16.241)	(17.384)	(19.328)	(20.872)
Impacto no resultado			(13.821)	(15.271)	(16.320)	(18.170)	(19.619)
Total da exposição líquida			(13.821)	(15.271)	(16.320)	(18.170)	(19.619)

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Empresa estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Ventus Holding baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto.

Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, nos termos da Resolução nº 927/2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta

na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização. Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a referida Resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente, tendo sido 78, 58 e 61 em 2021, 2022 e 2023, respectivamente. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas, referente ao período referido acima como passado. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a) Reconhecimento de restrições energéticas;
- b) Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c) Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*.

Apesar da publicação do despacho, em função de correções e adaptações sistêmicas, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), apenas em 23/12/2022, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para os solares. Quando o regramento final para ambas as fontes for finalizado, aprovado e implantado, poderá haver novos reprocessamentos.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Empresa, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEOLICA e ABSOLAR, contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica.